

# **CONTRATO**

"Aquisição de bens e serviços para substituição de equipamentos AVAC do Palácio da Justiça de Ponte de Lima, com as especificações técnicas constantes do caderno de encargos"



- - Como **PRIMEIRO OUTORGANTE**, o Estado Português, através da **DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**, Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H Piso 0, 9-14, Lisboa, NIPC 600072525, representada no ato pelo Sr. Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, no âmbito de poderes delegados pela Sra. Diretora-Geral da Administração da Justiça, conforme Despacho n.º 7210/2024, de 24 de maio, publicado no Diário da República n.º 126 2ª. Série, de 02 de julho de 2024.
- PROJETOS E REALIZAÇÕES INDUSTRIAIS, S.A." NIPC 504 206 150, com sede na Rua Rui Telles Palhinha, Lote 10, 3.º I e J Tagus Space, 2740-036 Porto Salvo, aqui representada por com domicílio profissional na Rua Rui Telles Palhinha, Lote 10, 3.º I e J Tagus Space, 2740-036 Porto Salvo, com os poderes de representação necessários à vinculação daquela empresa.

#### CONSIDERANDO:

- - Que a minuta do presente Contrato foi aprovada, simultaneamente com a decisão de adjudicação, por despacho do Sr. Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo, no âmbito de poderes delegados pela Sra. Diretora-Geral de Administração da Justiça conforme Despacho n.º 7210/2024, datado de 24 de maio, publicado no Diário da República n.º 126 2ª. Série, de 02 de julho de 2024, a quem estão atribuídas as competências legais para a decisão de contratar, estabelecidas pelo artigo 98º. do C.C.P;
- - Que em conformidade com a proposta e demais documentos que a integram, do caderno de encargos, documentos que ficam a fazer parte integrante deste contrato, e que se dão aqui por integralmente reproduzidos, foi adjudicado à Segunda Outorgante a aquisição de bens e serviços, para substituição dos equipamentos AVAC do Palácio da Justiça de Ponte de Lima, com as especificações técnicas constantes do



**caderno de encargos, e demais anexos,** correspondentes ao procedimento de Consulta Prévia n.º 1/2024 do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo.

- - - Que a despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental inscrita no respetivo orçamento, e, finalmente, que pelas referências BV42403752 e BV52406051, foi elaborado o legal compromisso contabilístico, nos termos dos artigos 94.º a 106.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado CCP, celebram o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

## Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto aquisição de bens e serviços, para substituição dos equipamentos AVAC do Palácio da Justiça de Ponte de Lima, com as especificações técnicas constantes do caderno de encargos, e demais anexos.

### Cláusula 2.ª

### Preço Contratual

- 1. Pela execução do objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos e respetivos anexos, a entidade adjudicante obriga-se a pagar à adjudicatária, segunda outorgante, o preço máximo de 15.599,00 € (quinze mil, quinhentos e noventa e nove euros), a que acresce o IVA à taxa legal de 23%, no montante de 3.587,77 € (três mil, quinhentos e oitenta e sete euros e setenta e sete cêntimos), perfazendo o valor global de 19.186,77 € (dezanove mil, cento e oitenta e seis euros e setenta e sete cêntimos).
- 2. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à primeira outorgante, nomeadamente os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como



quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes e licenças.

## Cláusula 3.ª Revisão de Preço

O contrato não será objeto de revisão de preços.

### Cláusula 4.ª

### Efeitos do contrato

Este contrato visa a aquisição de bens e serviços, para substituição de equipamentos AVAC no Palácio da Justiça de Ponte de Lima, conforme especificado nas disposições técnicas do Caderno de Encargos e demais peças procedimentais, que deste fazem parte integrante, e tem como efeitos essenciais:

- a) A transmissão da propriedade e entrega dos bens no respetivo tribunal;
- b) Todos os trabalhos necessários à substituição dos equipamentos de AVAC, nomeadamente a instalação, ligação, configuração, ensaios e testes finais e formação;
- c) A obrigação do adjudicante pagar o preço.

#### Cláusula 5.ª

### Vigência e prazo de execução do contrato a celebrar

- 1. O contrato terá o seu início a partir da data da sua assinatura, tendo o seu término na data da conclusão do objeto do procedimento, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, nomeadamente garantia.
- 2. O Prazo máximo para conclusão do objecto do procedimento é de 30 dias seguidos, contados nos termos do artigo 471º do CCP; trata-se de um prazo contínuo, correndo aos fins de semana e dias feriados e não se suspende nem interrompe nas férias judiciais.



3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega dos bens ou da prestação dos serviços, deve o adjudicatário, logo que dele tenha conhecimento, requerer á entidade adjudicante que lhe seja concedido uma prorrogação adequadamente fundamentada do referido prazo.

### Cláusula 6.ª

## Local de execução do objeto do contrato

Para efeitos do contrato a celebrar, a prestação de bens e serviços deve ser executada, em dias úteis, no horário normal de funcionamento da secretaria dos Tribunais Judiciais, entre as 09h00 e as 12h30 e entre as 13h30 e 17h00:

Palácio da Justiça, Av. António Feijó - 4990-029 Ponte de Lima.

#### Cláusula 7.ª

#### Deveres da entidade adjudicante

- À entidade adjudicante incumbe o pagamento da fatura emitida, após conclusão da execução objecto do contrato a celebrar por parte da entidade adjudicante, nos termos da Cláusula 9ª.
- 2. Às pessoas responsáveis designadas pela entidade contratante referida na Cláusula 10.ª, incumbe a verificação da conformidade dos bens e da execução do objeto do contrato, tendo em conta o fim a que se destinam.

### Cláusula 8.ª

#### Deveres do adjudicatário

- Constitui dever principal do cocontratante privado executar o objecto do contrato em conformidade com os termos estabelecidos nas especificações técnicas do Caderno de Encargos.
- 2. O adjudicatário obriga-se a conciliar a execução dos trabalhos com o funcionamento dos serviços de modo a garantir o normal funcionamento dos Tribunais, incluindo sistema elétrico, comunicações, informático e segurança passiva.



- 3. Sempre que ocorra um caso fortuito ou de força maior que motive a suspensão da entrega ou da prestação de serviço, deve tal facto ser imediatamente reportado à entidade adjudicante, conjuntamente com um pedido de prorrogação do respetivo prazo. O motivo da suspensão deve ser devidamente comprovado.
- 4. Nos termos do número anterior, considera-se caso fortuito um evento que, podendo ser controlado pelo fornecedor se descoberto a tempo, se apresentou como objetivamente imprevisível e impossibilitou o fornecimento. Entende-se por caso de força maior um evento que, não podendo ser previsto, determina a impossibilidade objetiva de manter o fornecimento (v.g. catástrofe natural).
- 5. Caso os bens apresentem defeitos ou inconformidades relativamente ao que foi acordado e, em consequência, tenham sido rejeitados pelo cocontratante público, deverá o adjudicatário proceder à sua substituição, assumindo todos os encargos daí decorrentes.
- Constitui dever do adjudicatário a prestação de qualquer informação requerida pela entidade adjudicante, nomeadamente quanto à execução financeira e/ou material do contrato.
- 7. O adjudicatário deve, ao longo de toda a execução do contrato, manter atualizados os seguintes documentos:
  - a) Certidão comprovativa da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
  - b) Certidão comprovativa da situação regularizada relativamente a impostos ao Estado Português.

#### Cláusula 9.ª

### **Pagamentos**

1. Independentemente da entidade requisitante e do local de execução objeto do contrato, o pagamento incumbe à Direção-Geral da Administração da Justiça.



- 2. A fatura deve ser emitida em nome da Direção-Geral da Administração da Justiça
  - NIF. 600 072 525, com a morada Av. Combatentes da Grande Guerra, 4900-544 Viana do Castelo, devendo fazer referência ao número de compromisso indicado no contrato ou a indicar pela entidade adjudicante, quando for o caso, e demais elementos e enviada eletronicamente para um dos seguintes e-mails:
    - a) administrador.judiciario.vianadocastelo@tribunais.org.pt;
    - b) gestão.comarca.vianadocastelo@tribunais.org.pt;
- 3. A fatura emitida deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro.
- 4. O prazo para pagamento não deverá exceder os 60 dias desde a emissão da fatura.
- 5. O encargo com o contrato a celebrar encontra-se suportado pelo cabimento n.º BV42403752 e respetivo compromisso n.º BV52406051.

#### Cláusula 10.ª

#### **Gestor do Contrato**

Para efeitos do nº.1 do art.º 290.º-A do CCP, a gestão do contrato em nome da entidade adjudicante, será exercida por:

• José Moreira Lima, Secretário de Justiça do Núcleo de Ponte de Lima.

### Cláusula 11.ª

### Quantidade e qualidade dos bens a entregar

- A quantidade de material a entregar deverá obedecer às especificações do Caderno de Encargos e respetivos anexos e que dele fazem parte integrante;
- 2. A qualidade deverá obedecer às especificações do Caderno de Encargos e respetivos anexos e que dele fazem parte integrante.

#### Cláusula 12.ª

### Legislação e foro competente



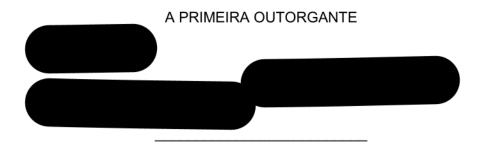
O contrato reger-se-á, exclusivamente pela lei portuguesa, em particular, pelo Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, sendo competente para dirimir os eventuais conflitos ou litígios que resultem da sua execução o Tribunal Administrativo e Fiscal, com sede em Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

# Cláusula 13.ª Disposições finais

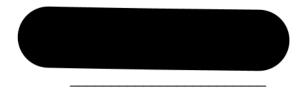
O adjudicatário deve respeitar toda a legislação em vigor, na parte que lhe for aplicável, devendo, nomeadamente, observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais.

\*

O presente contrato é assinado por recurso a assinatura eletrónica qualificada, sendo considerado original o documento eletrónico validamente assinado por ambas as Partes.



A SEGUNDA OUTORGANTE



8